

# “País quer um acordo logo conforme a nossa capacidade de pagamento”

por Getúlio Bittencourt  
de Nova York

O Brasil “continua querendo um acordo tão logo seja possível sobre a dívida externa com os bancos comerciais, desde que seja conforme a nossa capacidade de pagamento”, afirmou na sexta-feira a este jornal o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, em breve conversa na escala nova-iorquina de sua viagem para Tóquio.

O que o ministro combinou da estratégia do País em seu encontro com o negociador-chefe da dívida, Pedro Malan, no tradicional hotel Algonquin, é que em termos de capacidade de pagamento “os constrangimentos fiscais têm mais peso que os cambiais” na economia brasileira de hoje, explicou ele.

Márcilio afirmou também que o acordo da Argentina com os bancos comerciais pelo Plano Brady não afeta a negociação do Brasil. “O acordo da Argentina tem apenas dois instrumentos, o nosso tem seis”, raciocinou. “Além disso, nós temos uma negociação mais complexa sobre o cronograma de desembolso (*phase in*) das garantias”, acrescentou.

O ministro da Economia observou ainda que “por precaução, nós não quisemos fechar o acordo sobre os termos financeiros dos instrumentos antes de ter um entendimento sobre o *phase in* das garantias”. Ele confirma que “continua válida” a previsão que fez durante sua última visita a Nova York, há cerca de um mês: “Acredito que teremos um acordo com os

bancos até o final do primeiro semestre”.

O que o cronograma de desembolso das garantias (bônus de cupom zero do Tesouro dos EUA) é importante para o Brasil, fica claro pela informação de Pedro Malan: “Nós combinamos com os bancos dedicar nosso próximo encontro, no dia 21 ou 22, inteiramente a esse tema”, afirmou o negociador-chefe da dívida a este jornal.

O encontro marcado para depois da Semana Santa será o primeiro de natureza formal desde a interrupção no último dia 5, mas não significa que Malan e os bancos tenham perdido contato. Eles dispõem, na verdade, de seis tipos de conversas diferentes, cada um com seu próprio código e peso específico. São os seguintes:

- Reunião com o pleno Comitê Assessor de Bancos. É reservada para propostas gerais já examinadas em outras instâncias. Também se divide em dois tipos: propostas orais, que não implicam um compromisso definitivo e servem como “balões de ensaio” para os dois lados, e propostas por escrito, que representam um compromisso assumido da parte que escreve.

- Reunião com as presidências do Comitê. Os contatos somente com os bancos que presidem o comitê como um todo (Citicorp) ou os subcomitês (JP Morgan e Lloyds Bank) servem para acelerar os trabalhos e preparar as reuniões com o comitê pleno. Sendo mais informais, permitem espaço também para balões de ensaio dos dois campos.

- Reunião com os subcomitês técnicos dos bancos. São três, para examinar detalhes da negociação, como o de “number crunching”, especializado em números. Malan frequentemente conversa com eles sobre questões como o valor presente líquido (*net present value*, ou NPV) das propostas dos dois lados para cada instrumento. Os NPV são diferentes, dependendo das premissas, e tanto o Brasil como os bancos concordaram em trocar suas listas de premissas.

- Contatos bilaterais dentro do escritório dos advogados do comitê, Shearson & Sterling. Bancos, individualmente ou em pequenos grupos, procuram Malan e seus técnicos para discutir aspectos das propostas dos dois lados que os interessam mais. Os alemães, por exemplo, começaram por aí a lutar por um tratamento diferenciado para os títulos de dinheiro novo do acordo do País com os bancos em 1988, que não foram implementados pelo governo José Sarney.

- Contatos bilaterais fora do escritório da Shearson & Sterling. São ainda mais informais e servem para discutir detalhes ou lançar balões de ensaio. Geralmente se dão em torno de cafés da manhã, almoços e jantares, com um único ou vários bancos credores. A Shearson & Sterling reserva uma sala para os brasileiros em seu escritório, mas alguns bancos preferem conversar fora do campo oficial do comitê.

- Finalmente, contatos por telefone. Ocorrem quando não há reuniões for-

mais do comitê e incluem desde telefonemas das presidências dos comitês até discussões técnicas sobre números com os subcomitês, telefonemas de bancos credores isolados ou mesmo de Malan e sua equipe para os banqueiros. Um exemplo do último caso ocorre quando os bancos fazem propostas que afetam a política fiscal ou outros constrangimentos da capacidade de pagamento do Brasil.

À espera do reinício das conversas formais, o vice-presidente do conselho e executivo internacional sênior do Citicorp, William Rhodes, continua otimista. Numa recente conferência aos estudantes de economia da Wharton School da Universidade da Pensilvânia, ele disse que as reformas econômicas do governo Collor, “sob o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, estão começando a mostrar progressos”.

Entre os sinais positivos, Rhodes mencionou a reforma e redução das tarifas alfandegárias, os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Clube de Paris (sobre a dívida oficial) e o início do programa de privatização. Além disso, mencionou “a continuação das conversas com os credores bancários, que estão progredindo bem e vão resultar brevemente num acordo”.